

Pinturas rupestres no semiárido baiano: mapeamento preliminar e estado de conservação

Rupestrial paintings of the baiano semiarid: preliminary mapping and conservation status

Carlos Magno Santos Clemente

Observatório UniFG do Semiárido Nordeste; Centro Universitário UniFG
carlos.clemente@animaeducacao.com.br
<https://orcid.org/0000-0002-1087-5228>

Leonardo Ramos dos Santos

Observatório UniFG do Semiárido Nordeste; Centro Universitário UniFG
leojonasgbiz@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-5764-733X>

José Carlos Lélis Costa

Observatório UniFG do Semiárido Nordeste; Centro Universitário UniFG
latinhalelis@yahoo.com.br
<https://orcid.org/0000-0002-2358-7604>

Artigo recebido a 11 de junho de 2021 e aprovado a 16 de dezembro de 2021

Resumo

A presente pesquisa apresenta evidências de pinturas rupestres e indicação do estado de conservação destas, no município de Guanambi - BA e municipalidades limítrofes. Teve como objetivo mapear e apresentar o estado de conservação de pinturas rupestres na área do estudo. Para identificação das pinturas rupestres foram utilizados levantamentos bibliográficos, acervos de moradores, trabalhos de campo. Para a organização, análise dos dados espaciais e a constituição dos mapas fez-se o uso do Sistema de Informação Geográfica - SIG. Foram identificados cento e dez (110) registros com localizações de pinturas rupestres, sendo que sete das pinturas rupestres identificadas em campo não foram encontradas na base cartográfica do IPHAN e na literatura resgatada. As ações antrópicas (principalmente pichações e lixo) foram observadas em três (3) locais dos sete (7) mapeados pela presente pesquisa. Sugere-se uma atenção para a conservação das pinturas rupestres na área do estudo, principalmente nas proximidades das cidades pesquisadas, em especial, a municipalidade de Guanambi.

Palavras-chave: conservação histórica - cultural, semiárido brasileiro, civilizações antigas, SIG, mapeamento.

Abstract

This research presents evidence of cave paintings and an indication of their conservation status, in the municipality of Guanambi - BA and neighboring municipalities. Its objective was to map and present the state of conservation of cave paintings in the study area. To identify the cave paintings, bibliographic surveys, residents' collections, and fieldwork were used. For the organization, analysis of spatial data and the constitution of maps, the Geographic Information System - GIS was used. One hundred and ten (110) records with locations of cave paintings were identified, and seven of the cave paintings identified in the field were not found in the IPHAN cartographic base and in the rescued literature. The anthropic actions (mainly graffiti and garbage) were observed in three (3) of the seven (7) locations mapped by this research. Attention to the conservation of cave paintings in the study area is suggested, especially in the vicinity of the researched cities the municipality of Guanambi.

Keywords: historical and cultural conservation, Brazilian semiarid, ancient civilizations, GIS, mapping.

1. Introdução

As pinturas rupestres são registros do cotidiano, dos aspectos naturais ou valores de civilizações antigas, retratadas em formações rochosas

(Justamand, Martinelli, Oliveira, & Silva, 2017). As pinturas rupestres evidenciam-se como “representações dos saberes e devem obedecer a uma estrutura qualquer que torne inteligíveis as informações referentes a objetos e/ou situações” (Silva, 2018).

O estudo de pinturas rupestres compreende, de maneira geral, um caráter multidisciplinar, com fortes vertentes na ciência antropológica, porém, envolvendo outras vertentes, como exemplos, os anseios das ciências sociais, naturais e humanas. Nesse contexto, as ciências sociais se encarregam de entender o ser humano como elemento de grupos organizados, os estudos naturais pleiteiam a busca da compreensão da evolução humana e o conhecimento psicossomático. Por conseguinte, as ciências humanas se voltam para o ser humano como um todo, ou seja, história, crenças, costumes, filosofia, linguagem, localização, entre outros (Marconi & Presotto, 2010). Em geral, essa atuação sistêmica tem como intuito conhecer as rotas, sistematizar os dados e informações que permitem incrementos para melhorias dos resultados das pesquisas de civilizações antigas (Justamand et al., 2017).

Os seres humanos estiveram fazendo objetos, criando formas e imagens por pelo menos 35.000 anos, ou talvez, por ainda mais tempo (Tribolo et al., 2006). Na Alemanha foram registradas as mais antigas pinturas rupestres, com cerca de 300 a 250 mil anos, sendo que os registros de *Homo Sapiens* e *Homo neanderthalensis* são datados aproximadamente de 40 a 10 mil anos atrás (Bahn, 2012; Justamand et al., 2017; Leroi Gourhan, 1984; Pessis, 2002).

No Brasil, os europeus identificaram os primeiros registros de pinturas rupestres no país, apesar desse fenômeno não ser o foco desses forasteiros no novo mundo (Justamand et al., 2017). No século XVII, foram mencionadas pinturas rupestres no estado da Paraíba, às margens do rio Araçagi, pelo militar holandês Elias Herckmans (Denis, 1980; Justamand et al., 2017).

O padre Francisco Teles de Meneses explorou e registrou 274 sítios arqueológicos com pinturas e gravuras rupestres nos estados da Paraíba, Ceará, Pernambuco e Piauí (Justamand et al., 2017). Em toda extensão territorial do Brasil é possível encontrar uma grande quantidade de evidências arqueológicas, que dificilmente podem ser consideradas somente manifestações artísticas em rochas, pois muitas dessas foram encontradas em locais de acessibilidade difícil. Assim, as pinturas e gravuras rupestres podem ter expressões de valores religiosos, magia simpática, rituais, dança, caça, guerras, astronômicos, fauna, entre outras atribuições da pré-história (Prous, 1992).

Essas evidências são partes integrantes do denominado patrimônio cultural brasileiro, que de

acordo com a Constituição Federal de 1998, nos artigos 20 (inciso X), 23 (inciso III) e 216 (inciso V), fundamenta-se por meio dos bens de natureza material e imaterial, nos quais abarcam-se o patrimônio arqueológico, “tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira” (Brasil, 1988).

No Sudoeste do semiárido baiano, em especial, nas Unidades de Conservação - UC's da serra dos Montes Altos, microrregião de Guanambi, é possível encontrar registros de pinturas rupestres oriundos de agrupamentos tradicionais do Nordeste, salvo as pequenas notificações de outros grupos (Silva, 2018). A tradição nordeste foi definida pela pesquisadora Niède Guidon, por meio de sítios no estado do Piauí. Porém a abrangência geográfica da tradição Nordeste compreende os estados de Pernambuco, Rio Grande do Norte, uma porção da Bahia e do Ceará e o extremo norte de Minas Gerais. A tradição nordeste caracteriza-se pelas pinturas, gravuras, caráter monocromáticas, colorações vermelhas, antropomorfos e zoomorfos, com expressões que denominam cervídeos, quadrúpedes pequenos, armas (exemplo bastões) e raras cenas de sexo (Prous, 1992).

Ribeiro (2007) descreve características das pinturas na microrregião de Guanambi como a monocromia em tons avermelhados em formações rochosas, bem como, discute a natureza das imagens, suas representações e apresenta 10 sítios arqueológicos. Somam-se a esses registros as anotações de Silva (2018), com mais oito sítios localizados nas UC's da serra dos Montes Altos, que além da localização apresentam análises das características dos sítios arqueológicos.

No município de Iuiú, estado da Bahia, Brasil, sob responsabilidade da Sociedade Excursionista e Espeleológica - SEE, foram realizados estudos relacionados as informações geotécnicas, localizações e descrições de vias de acessos para 05 abrigos e 18 cavernas (Faleiros Santos et al., 2005). Além disso, os autores abordam outros aspectos das potencialidades da região, sob a ótica de “(..) uma visão preliminar do enorme potencial espeleológico da serra do Iuiú” (Faleiros Santos et al., 2005). Porém, apesar da relevância histórica-territorial das pinturas rupestres, as atividades antrópicas alteram a paisagem de forma progressiva e são capazes de promover a degradação do patrimônio arqueológico (García Alix et al., 2013).

Nesse contexto, a presente pesquisa teve como objetivo mapear e apresentar o estado de conservação das pinturas rupestres das civilizações antigas no município de Guanambi - BA e municipalidades limítrofes, semiárido baiano. São informações científicas e indicações geográficas interessantes que podem contribuir para formulações e aplicações de políticas públicas em relação as pinturas rupestres no semiárido baiano.

2. Revisão teórica

2.1. Pinturas rupestres: conceitos e regras para a conservação

As pinturas rupestres configuram-se como representações retratadas em cavernas, grutas ou ao ar livre (formações rochosas), que a princípio, se remetem a comportamentos de civilizações pré-coloniais, que podem alcançar escalas temporais dos períodos do paleolítico 40.000 e 11.000 anos Antes do Presente - AP (Viana., Buco, Santos, & Sousa, 2016). As matérias primas podem ser oriundas de colorações de pigmentos, pastosas ou secas, registradas por meio de dedos, pincéis, assopros ou marcas (Viana et al., 2016).

As pinturas e as gravuras rupestres enquadram-se no contexto da arte rupestre, sendo que as gravuras são desenhos gravados com ação mecânica em rochas ou fissuras com características de registros históricos das civilizações pretéritas (Viana et al., 2016). O estudo das pinturas rupestres apresenta uma perspectiva multidisciplinar, pois elas podem ser estudadas sob várias óticas como, por exemplo, pela Etnológica, Sociológica, Geográfica, Cronológica, da Comunicação, entre outras, apesar da centralidade na Antropologia (Abar, 2018; Gusmão, 2008).

De acordo com a Fundação Museu do Homem Americano - FUMDHAM (2018), as pinturas rupestres permitem “o reconhecimento de temas recorrentes e a identificação de diferentes maneiras de representá-los. Pode-se dizer, ainda, que são pistas da forma de vida dessas populações”. São indícios que, entre outras informações, permitem o estudo da gênese da formação populacional de determinada região (Arara, 2018). Assim, permitem compreender o ser humano na sua totalidade, possuindo um caráter múltiplo, com vertentes histórias, crenças, costumes,

filosofia, linguagem, entre outros (Marconi & Presotto, 2010). Com isso, a conservação e a valorização das pinturas rupestres são relevantes mecanismos para compreensão da sociedade atual e passada.

Assim, a conservação das pinturas rupestres eleva o nível de informações que se pode obter delas, sendo que o comprometimento, por qualquer que tenha sido a interferência nelas produzida de suas características originais, poderá levar à perda de uma parte da história daquele lugar e do povo (ou povos) que ali viveu (viveram) (Azevedo Netto, 2008; Pereira, 2003).

Nos últimos anos, a atenção para a preservação do patrimônio tem aumentado de forma significativa em todo o mundo. A preservação de sítios, bem como as pinturas rupestres, também têm ocupado um lugar de destaque nesse discurso. Recentemente, de forma geral, atenta-se constantemente para a degradação e a perda dos diversos bens históricos materiais e imateriais, sobretudo os arqueológicos (Possamai, 2000).

De acordo com Possamai (2000), o patrimônio histórico atualmente é alvo de preocupações de inúmeros países, unindo cientistas e profissionais das mais variadas áreas do conhecimento, que se utilizam de pareceres técnicos e fundamentações teóricas relacionadas a essa problemática. O patrimônio cultural, que a humanidade vem produzindo no decorrer dos tempos, eleva a relevância do entendimento passado, pois a civilização é construída por suas tradições, costumes, seus escritos e formas de pensamentos, suas construções e obras de arte, entre outros.

Estas manifestações dos seres humanos que viveram no passado são bens que precisam ser preservados para continuarem explicando o desenvolvimento das diversidades culturais formadas pelos seres humanos, não deixando que estas se percam com os séculos (Cohn, 2001). Nesse contexto, atos administrativos e mecanismos jurídicos são destinados à preservação dos patrimônios da humanidade, como exemplo, o tombamento.

O tombamento foi constituído pela presidência da república do Brasil, Casa Civil, por meio do decreto-lei nº 25 de 1937, que se refere a um ato administrativo para a preservação do patrimônio cultural do país. E de acordo com a constituição federal, o patrimônio cultural conceitua-se da seguinte maneira:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I - as formas de expressão; II - os modos de criar, fazer e viver; III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico. (Brasil, 1988, art. 216)

Para solicitação de um tombamento no Brasil, realiza-se a abertura de um processo movido por qualquer pessoa ou instituição pública. Após a avaliação técnica, a decisão final pode ser oriunda do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN ou do setor responsável na esfera estadual ou municipal. Posteriormente, caso ocorra a aprovação, será enviada uma notificação ao proprietário do imóvel (Rabello, 2015; SEEC, 2021). Portanto, toda essa conjuntura de processos e procedimentos tem como resultado o bem histórico amparado e protegido (SEEC, 2021). Somente as pinturas rupestres são registradas no “Livro de Tombo” (IPHAN, 2021a).

Vale registrar os tipos de degradação que podem ocorrer nas pinturas rupestres, sendo esses: os físicos (origem do clima); químicos (ação de ácidos e da água); biológicos (fungos e bactérias) e a ação antrópica. As oscilações na temperatura, precipitações pluviométricas, fenômenos elétricos, erosão e a luminosidade são exemplos de agentes modificadores nos aspectos físicos, que são originários do clima. São exemplos de componentes dos fatores químicos a água e o óxido de manganês, sendo o primeiro atuando principalmente na lixiviação. Os fungos, musgos, líquens, raízes, aves, insetos, morcegos, roedores, caprinos e o ser humano são interferências dos fatores biológicos. No caso do ser humano, os fatores antrópicos podem ter um caráter de degradação, como as pichações, a exploração do mineral ou da rocha, constituição de fogueiras, entre outras maneiras. Além disso, um turismo arqueológico sem controle pode acarretar a degradação das pinturas rupestres (Souza, 2005).

3. Materiais e métodos

3.1. Caracterização da área do estudo

A área do estudo compreende o município de Guanambi - BA e municipalidades limítrofes, todos pertencentes ao estado da Bahia, sendo esses: Candiba, Pindaí, Sebastião Laranjeiras, Igaporã, Caetité e Palmas de Monte Alto (Figura 1).

A população total dos municípios que compõem a área do estudo compreende 185.909 habitantes, sendo 65% (120.517 moradores) nas áreas urbanas e 35% (65.392 pessoas) na zona rural (IBGE, 2011). O município de maior população é Guanambi, com 78.833 habitantes, seguido da municipalidade de Caetité com 47.515 pessoas (IBGE, 2011). Todos os municípios da área do estudo encontram-se com o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM abaixo da média nacional (0.727), estando somente o município de Guanambi (IDHM de 0.673) acima da média do estado da Bahia (IDHM de 0.660) (PNUD, 2013). O município de Guanambi se destaca devido a sua importância socioeconômica e configura-se como impulsionador da dinâmica regional (Dias et al., 2019; IPHAN, 2021a; Pereira, 2013).

Estes municípios integram o contexto regional do semiárido baiano, que se caracteriza pela irregularidade espaço-temporal da precipitação pluviométrica, intensa evapotranspiração, longos períodos de estiagem (secas prolongadas) e baixos indicadores socioeconômicos (Marengo, 2008).

Todo o território pesquisado abrange o contexto geomorfológico da Depressão Sertaneja (na parte oeste, central e sul) e os relevos da Serra do Espinhaço (a leste), envolvendo os biomas da Caatinga e Cerrado. Na depressão localizam-se inselbergues ou relevos residuais, que de acordo com Teixeira (1996) são “elevações ilhadas que aparecem em regiões de clima árido (...) resíduos da pediplanação, em climas áridos quentes e semiáridos, à semelhança dos monadnock”.

O complexo Guanambi localiza-se nas porções ocidentais e centrais, caracterizado por uma conjuntura litológica granitóide, “granitos, granodioritos, tonalitos e monzonitos”, estabelecidos em um grande botólito que supera 250 km de extensão. A diminuição do manto do solo na Depressão de Guanambi favorece o aparecimento de lajedos, morrotes arredondados, de lagoas e de poças temporárias. Em

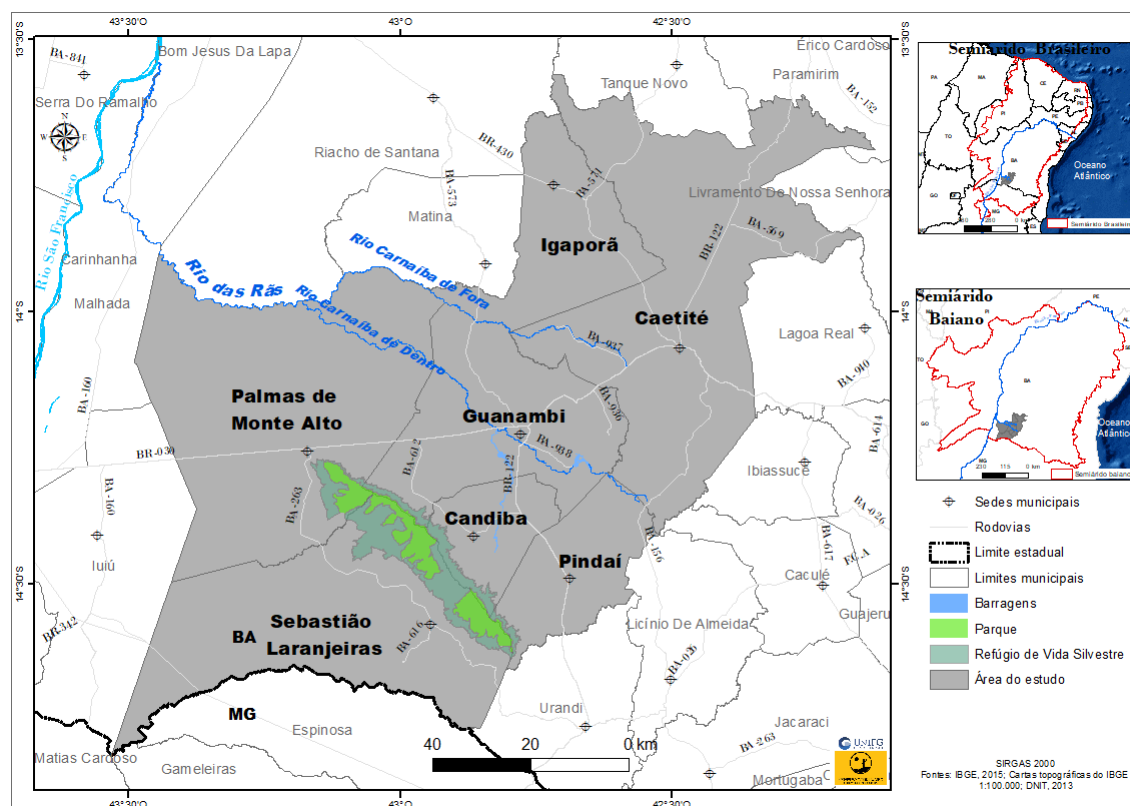


Figura 1

Localização dos municípios de Guanambi e municipalidades limítrofes.

Fontes: IBGE (2015); Cartas topográficas do IBGE, escala: 1:100.000; DNIT (2013).

Org.: Autores, 2021.

extensões orientais e nordeste da área do estudo abrange terrenos do complexo Santa Izabel, na borda da Serra do Espinhaço, com litologias gerais de migmatitos rochas básico-ultrabásicas, anfibolitos e granulitos. E no extremo leste da área do estudo localiza-se o Supergrupo Espinhaço, com o tempo geológico que abarca o início no “Proterozoico Paleoproterozoica” Estateriano ao “Proterozoico Mesoproterozoica Esteniano”, com litologias gerais de arenito e quartzito (IBGE, 2021). Ainda na área do estudo, localizam-se as Unidades de Conservação - UC’s de proteção integral, Refúgio de Vida Silvestre e Parque Estadual da Serra dos Montes Altos (Figura 1).

3.2. Procedimentos metodológicos

Foram realizados levantamentos fundamentados em informações prévias de registro do fenômeno (pinturas rupestres) disponíveis em órgãos municipais públicos, como a Prefeitura Municipal de Guanambi e na literatura científica, principalmente em Silva (2018), Ribeiro (2007) e Faleiros Santos et al. (2005).

Somam-se a esse contexto, os registros de pinturas rupestres da área do estudo da base cartográfica do IPHAN (2021c), com nomenclaturas e dados alfanuméricos georreferenciados. Vale ressaltar que a nomenclatura utilizada pelo IPHAN corresponde a “sítios arqueológicos”, que possam incluir outras categorias de dados arqueológicos além do tema da pesquisa, como objetos de civilizações antigas e as gravuras rupestres.

Fez-se uso de um aparelho *Global Positioning System* - GPS (Sistema de posicionamento global, em português) para coleta de coordenadas geográficas e fotografias para os registros nos trabalhos de campo. Foi realizada uma sobreposição em imagens de alta resolução espacial na plataforma *Google Earth* (50 centímetros satélites GeoEye-1 e as Plêiades da Airbus) dos vetores georreferenciados dos relevos residuais (inselbergues) e rochas disponibilizado na plataforma ambiental do IBGE (2021), sendo um relevante procedimento para os planejamentos dos trabalhos de campo, ou seja, as coletas das coordenadas iniciais para navegação no GPS. Nesse contexto,

foram realizadas seleções prévias de áreas de ocorrência de afloramentos rochosos, grutas e inselbergs (relevo residual em paisagem plana semiárida). Foram realizadas consultas informais junto à população da área do estudo, isso com o intuito de levantar informações que auxiliem na pesquisa. Vale registrar que os trabalhos de campo foram realizados em 26 de agosto e 06 de setembro de 2019.

Os aspectos da conservação foram delimitados de acordo com as recomendações de Lage, Borges e Rocha Júnior (2005), que compreendem os processos de monitoramento e conservação de pinturas rupestres para a sua preservação, enquanto patrimônio cultural e natural do Brasil. A metodologia foi fundamentada pelas orientações da “Carta de Burra” composta em 1980, pelo Conselho Internacional de Monumentos e Sítios - ICOMOS (sigla em inglês) e pela “Carta de Veneza”, entre outros (ICOMOS, 1999; Lages et al., 2005).

Também foi realizada uma análise do estado de conservação e dos fatores degradantes baseados em IPHAN (2016) e de Lages et al., (2005), com a associação das observações em campo e as análises das fotografias em laboratório, sendo considerados os seguintes indicadores: presença de lixo, pichações ou qualquer outro tipo de interferência ou tingimento; acesso ao público e presença de indícios de outros tipos de danificação causados pela ação humana; existência de indícios de processo natural de desintegração de rochas e solos até grandes desprendimentos da superfície rochosa em algumas grutas; perda de intensidade da coloração das pinturas rupestres; alteração da coloração das rochas ao longo do seu desenvolvimento e diferenças entre formações rochosas.

O conjunto de dados geográficos constituídos na presente pesquisa foram organizados, analisados e representados em mapas por meio do Sistema de Informação Geográfica - SIG. Ao final foi constituído um banco de dados alfanuméricos georreferenciado de Pinturas Rupestres da área do estudo. Vale registrar que foram realizadas sobreposições em ambiente SIG para evitar superestimar os resultados ou repetições de localizações.

4. Resultados e discussões

As pinturas rupestres podem ser interpretadas por diferentes formas, seja pela visão de artistas

modernos, por praticantes espirituais, da arqueologia, entre outros (Arara, 2018). Diante da relevância histórico-cultural e científica, o estudo do estado de conservação e a sua localização no espaço geográfico são informações que auxiliam em políticas públicas para preservação do patrimônio histórico do Brasil.

Nesse contexto, foram mapeados na presente pesquisa, nos municípios de Guanambi e municipalidades limítrofes, um total de cento e dez (110) locais com registros de pinturas rupestres, sendo esses categorizados da seguinte maneira: dezesseis (16) locais identificados na literatura científica; oitenta e sete (87) encontradas na base cartográfica do IPHAN (2021c); e sete (7) identificadas em trabalhos de campo sem registro pelo IPHAN e nas publicações selecionadas. Vale registrar que foi identificado o padrão de gravura rupestre em uma localidade no município de Caetité, na base de informações do IPHAN. São gravuras situadas na caverna da “Moita dos Porcos” (Barbosa & Santos, 2019) (Figura 2).

Em relação à distribuição por município, na municipalidade de Caetité foram mapeados trinta e oito (38), no município de Guanambi trinta e cinco (35), Igaporã dezessete (17), Sebastião Laranjeiras quatorze (14), Palmas de Monte Alto cinco (5) e em Candiba um (1) registro de locais com pinturas rupestres. Os registros mapeados pelo IPHAN são encontrados, em sua maioria, nas municipalidades de Guanambi e Caetité, na formação geomorfológica nos patamares e na Serra do Espinhaço. As pinturas rupestres identificadas no município de Caetité (Serra do Espinhaço) e na porção leste da municipalidade de Guanambi (patamares e a Serra do Espinhaço), em grande parte, são oriundas das exigências jurídicas-ambientais para os empreendimentos eólicos e de mineração se instalarem. O que eleva o quantitativo identificado na serra do Espinhaço (Figura 2).

Dentre os sete (7) locais mapeados na presente pesquisa, quatro (4) se localizam dentro ou muito próximos da cidade de Guanambi, uma no município de Candiba (proximidade da rodovia federal BR 122) e duas mais distante das áreas urbanas (10 a 20 km). Em todas as formações rochosas visitadas foram observadas características geomorfológicas aparentemente similares, vegetação típica da caatinga com rochas agrupadas e cavidades que permitem o deslocamento de animais e, em alguns casos, seres humanos (Figuras 2 e 3).

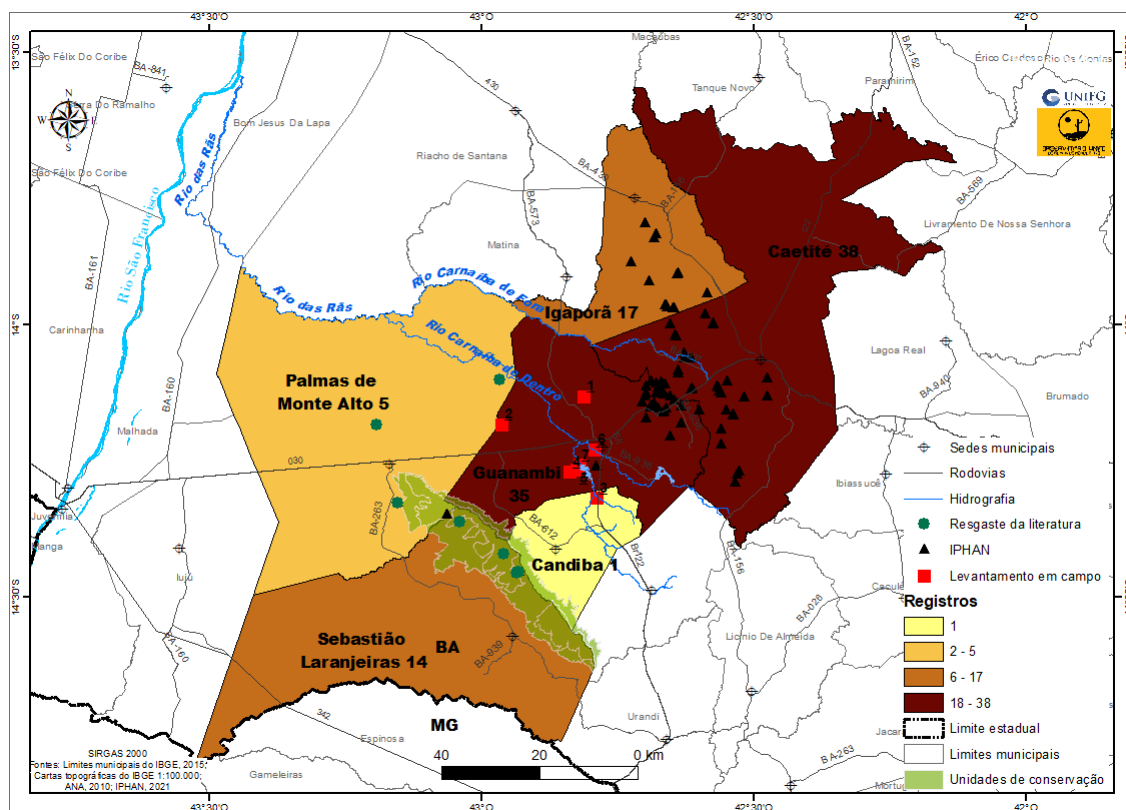


Figura 2

Distribuição espacial dos locais com registros de Pinturas na área do estudo.

Fontes: Limites municipais do IBGE (2015); Cartas topográficas do IBGE 1:100.000; ANA (2010); IPHAN (2019).

Org.: Autores, 2021.

As pinturas rupestres registradas em publicações na literatura científica tiveram a abrangência, especialmente, nas UC's de proteção integral da serra dos Montes Altos. São localizações próximas, que ao representar no mapa ficam sobrepostas na escala apresentada. A localização de pinturas rupestres em UC's eleva a relevância do estabelecimento das áreas protegidas para a conservação da biodiversidade e do patrimônio cultural brasileiro. Porém, as áreas protegidas ainda não detêm um plano de manejo, o que pode prejudicar a efetividade da lei nº 9.985 de 18 de julho de 2000. Em 2021 foi lançado um edital para a constituição dos planos de manejos das áreas protegidas supracitadas, estando atualmente em fase de constituição de um comitê de acompanhamento. Vale registrar que no plano de manejo a fiscalização eficiente e os modelos de gestão adequados as UCs são atributos importantes para efetivação do planejamento (Figuras 2 e 3).

As pinturas rupestres estão naturalmente expostas aos desgastes naturais, como exemplos, os fatores físicos (origem do clima), químicos (ação de

ácidos e da água) e biológicos (fungos e bactérias). Assim, medidas preventivas e de reparação das pinturas rupestres podem ser realizadas, bem como, a aplicação de produtos químicos para amenizar a biodeterioração (enzimas e biocidas), tratamento da rocha carbonatada, instalação de coletores de águas pluviais ou caixas coletores (amenizar o contato da água com as rochas com pinturas rupestres), instalações de escoras para proteção, estabelecimento de um programa de monitoramento de desgastes das rochas, entre outros (Souza, 2005). São medidas importantes para evitar a perda de informações pretéritas contidas nas pinturas rupestres. Também, verifica-se as ações de degradação advindas do ser humano.

No caso da presente pesquisa, foram identificadas ações antrópicas com interferência direta nas pinturas rupestres, principalmente, com a presença de lixo e pichações. As degradações foram encontradas em quatro (4) dos setes (7) locais visitados em trabalhos de campo, sendo três (3) (Pontos 1, 6 e 7) mapeados pela presente pesquisa e um (1) registra-

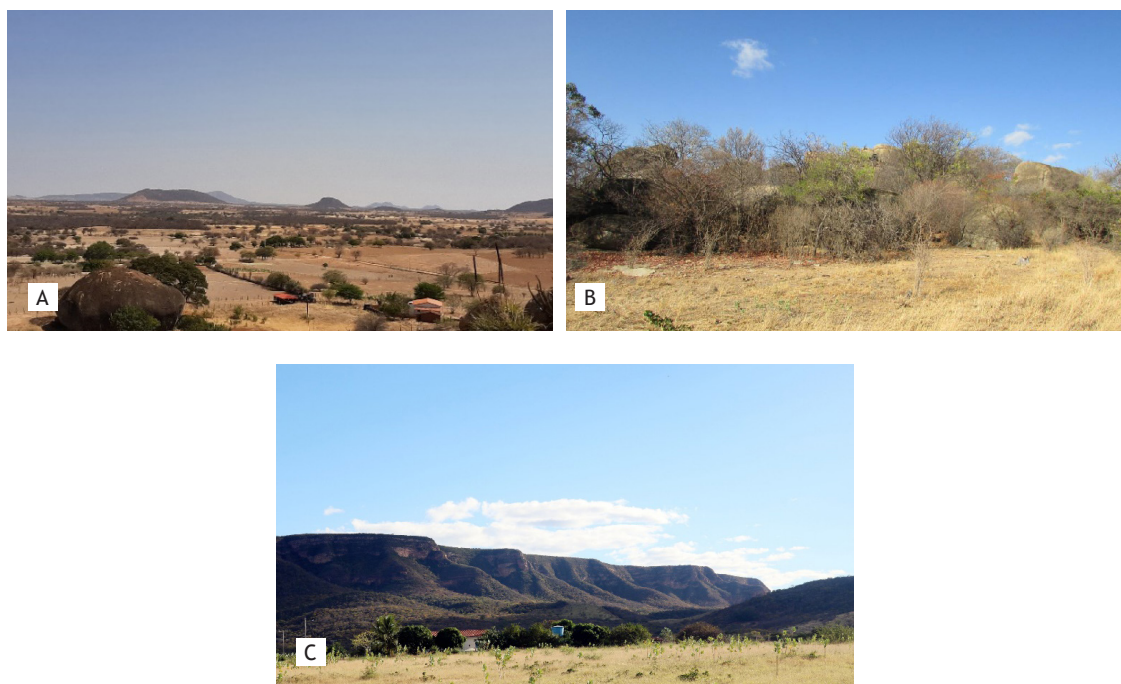


Figura 3

Fotografias da área do estudo.

A) “Região do poço do magro”, Município de Guanambi, 06/09/2019, depressão de Guanambi com manchas de vegetação e inselbergues ou relevos residuais; B) Município de Guanambi, 06/09/2019, afloramento rochoso com vegetação decídua no entorno; C) Foto panorâmica das UC's do Parque e Refúgio de Vida Silvestres da Serra dos Montes Altos, porção do município de Palmas de Monte Alto - BA, 06/09/2019.

Fonte: Autores, 2019.

do pelo IPHAN (“Pedra do Índio”). A degradação ficou mais evidente ao aproximar-se da cidade de Guanambi, em áreas de expansão da mancha urbana ou loteamentos novos (proximidade do loteamento Nova Esperança) (Figuras 04 C e D). Verificou-se o descarte de resíduos sólidos pela população no ambiente com pinturas rupestres, principalmente localizados em áreas para fins de lazer, que sugere uma despreocupação ou desconhecimento da relevância do patrimônio histórico (imediações do reservatório do Poço do Magro, município de Guanambi - BA).

A presença de lixo nos arredores das formações rochosas e pichações são ações de pessoas desinformadas em relação a preservação e importância do patrimônio histórico, em geral, as pichações apagam, parcialmente ou por completo, as pinturas rupestres, devido as intervenções sobre e no entorno dos registros históricos. Em locais na zona rural, o uso de grutas como áreas de lazer tem degradado as pinturas rupestres também, isso foi identificado em um local mapeado com pinturas rupestres (Figura 4 B). Ainda se observa uma possível identificação da forma de um animal quadrúpede em um dos locais (Figura 4 D).

Em suma, as pinturas rupestres presentes em áreas mais remotas, propriedades privadas e públicas (UC's), apresentaram estados de conservação melhores, destoando daquelas que se encontram em locais de fácil acesso ou de recreação do público, que apresentaram maior incidência de degradação (Figuras 4 e 5).

Desse modo, percebe-se que a localização dos registros de pinturas rupestres em áreas remotas inibiu a pressão antrópica (isolamento geográfico) na área do estudo. Como apontam Pfaff et al. (2009), em geral, as áreas mais conservadas são encontradas em extensões remotas, de baixo potencial agropecuário e de inexpressiva expansão urbana ou distantes das áreas urbanizadas. Isso indica uma deficiência no processo histórico de educação ambiental e da desinformação da relevância das pinturas rupestres para a população local, principalmente para o entendimento dos seus ancestrais. Além do isolamento geográfico, a localização de pinturas rupestres nas UC's da Serra dos Montes Altos contribui para conservação dos registros históricos. Principalmente pelo rigor jurídico da categoria proteção integral do Parque e do Refúgio de Vida Silvestre, sendo essa

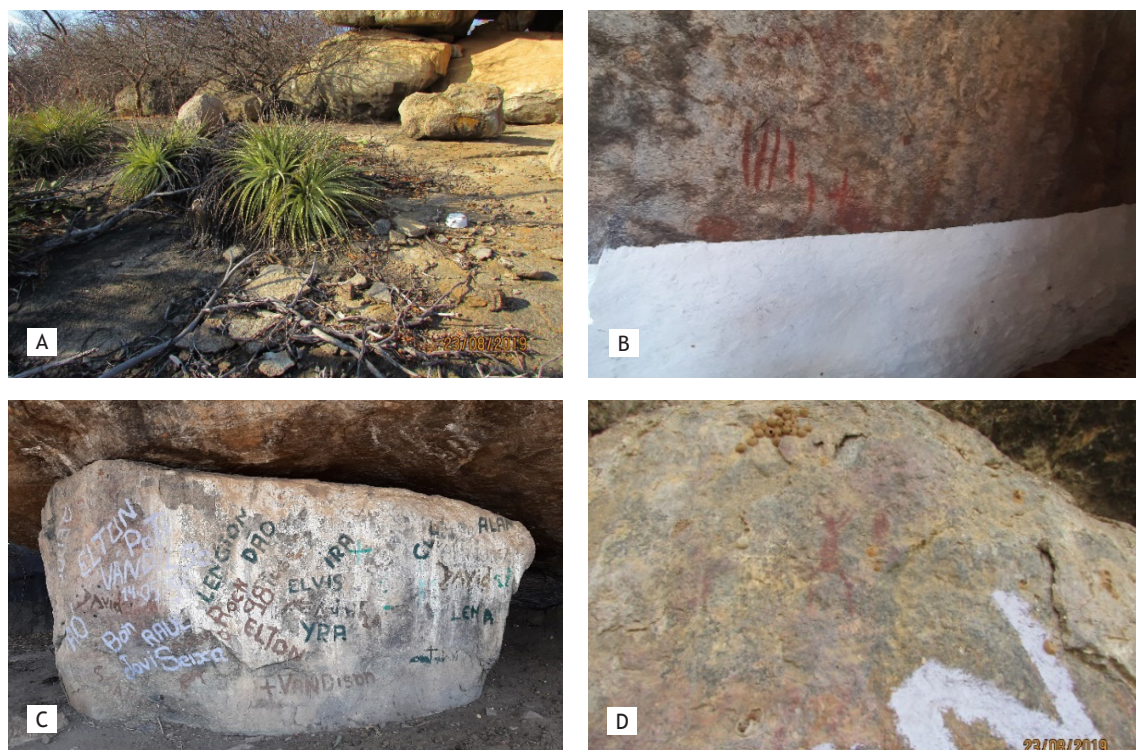


Figura 4

Presença da ação antrópica.

A) “Pedra do Índio” (registrado pelo IPHAN), Município de Guanambi, 23/08/2019; B) Zona rural de Guanambi, ponto 1, 06/09/2019 C) D) Loteamento na cidade de Guanambi, ponto 6, 23/08/2019.

Fonte: Autores, 2019.

classe destinada para a “manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais” (BRASIL, 2000).

Em relação ao nível estilístico e da coloração das imagens, constatou-se uma extensa aplicação da coloração vermelha, raramente adornada de detalhes em cor preta. São características também constatadas nas UC’s da Serra dos Montes Altos, sendo que além do tom vermelho, algumas pinturas combina o vermelho e o preto (Silva, 2018). Não foi possível distinguir claramente a totalidade das imagens, nem se todas as partes das paredes das rochas foram marcadas (Figura 6).

Sugerem-se agrupamentos de tradições nordestinas, que se caracterizavam por indicações de “caça, atividade econômica e dança” (Silva, 2018). Apontamentos também encontrados no Norte de Minas Gerais, próximo da divisa do estado da Bahia, apresentam datações entre 6.000 e 9.000 anos atrás. Além disso, as pinturas rupestres encontradas no presente estudo são semelhantes às encontradas nos estados do Sergipe, Rio Grande do Norte, Paraíba e

Pernambuco, com datações que podem chegar a 12.000 anos AP, uma das mais antigas do Brasil (Ribeiro, 2007; Silva, 2018). No caso do Rio Grande do Norte apresentam-se 3 tradições sendo essas: Tradição Nordeste sub-tradição Seridó - as mais antigas - (9.000 anos AP), Agreste (5 a 2.000 anos AP) e Itaquiariaras (2,5 mil anos AP) (Aguiar, 1982; Martin, 2003) (Figura 6). Vale registrar os estudos realizados pela Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, departamento de Arqueologia, que são contribuições valiosas para o entendimento de agrupamentos nômades que habitavam o Nordeste brasileiro.

É importante que se demande todo um esforço de conservação, e caso sejam danificados, possam ser submetidos a processos de restaurações cautelosos. O patrimônio arqueológico não pode ser simplesmente restaurado como os demais, pois, para ele, sobressai a premissa de conservação em detrimento da restauração (ICOMOS, 1990).

Ao que se refere às pinturas rupestres, alguns desafios da problemática da conservação se alteram em função do próprio material artístico utilizado,

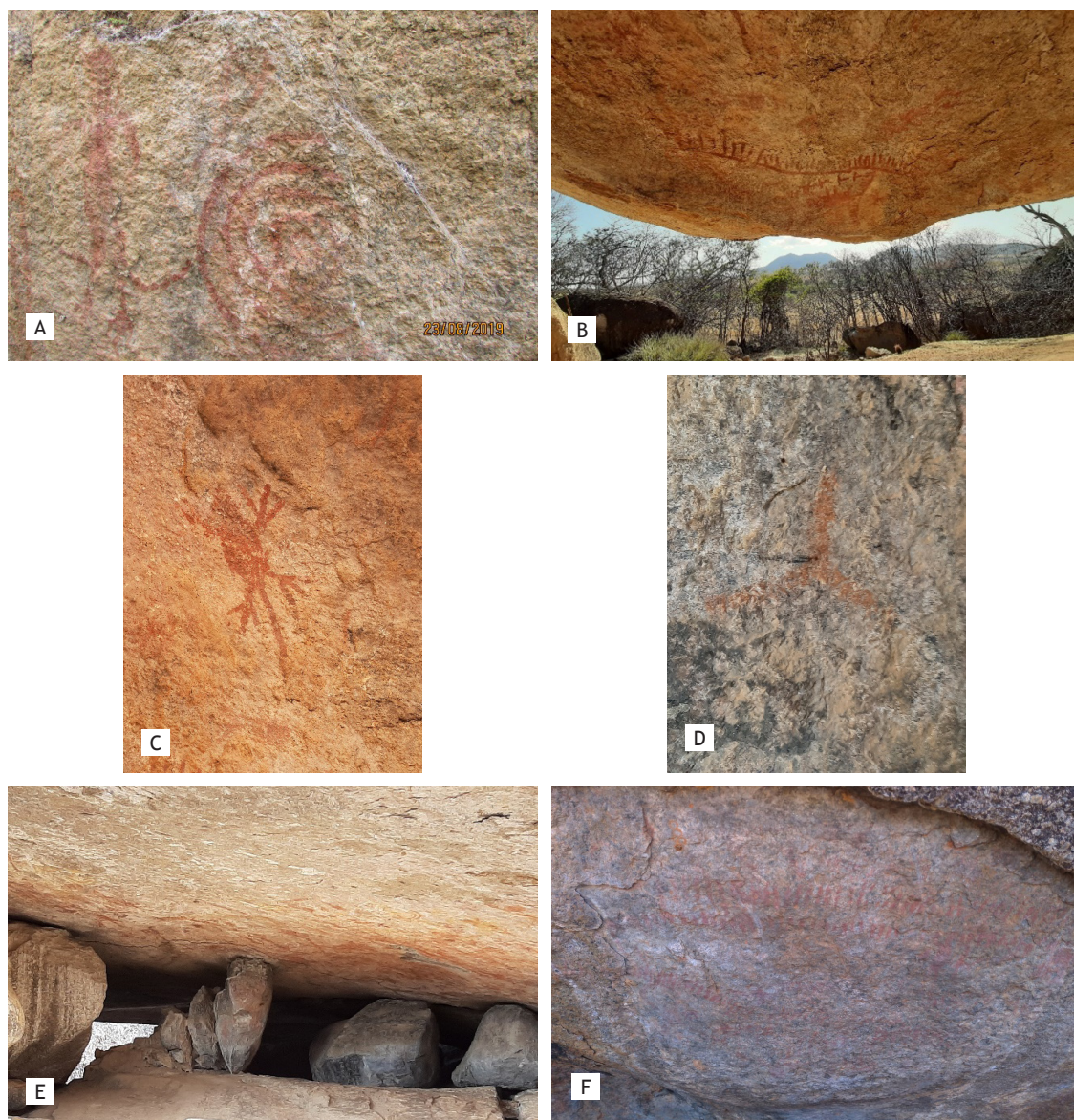


Figura 5

Pinturas rupestres em propriedades privadas.

A) “Jardim Suspenso da Babilônia”, ponto 5, 23/08/2019; B) C) Município de Candiba-BA, Zona Rural, ponto 3, 23/08/2019; D) Zona rural de Guanambi, ponto 1, 06/09/2019; E) Município de Guanambi - BA, Pedra do índio (IPHAN), 23/08/2019; F) Entre os municípios de Guanambi - BA e Palmas de Monte Alto - BA, fazenda “Paga Tempo”, 2019.

Fontes: BONFIM, Evilásio Pereira, 2019 (Figura 05 - F); Autores, 2019.

como a litologia, clima da região da ocorrência das pinturas e demais fatores ambientais, sendo analisadas as peculiaridades de cada sítio arqueológico (Castelo Branco, 2001).

Essa conservação do patrimônio histórico fundamenta-se no processo de tombamento, que é promulgado pelo poder público brasileiro por meio de um ato administrativo baseado na legislação específica vigente, para preservar bens de valor

histórico, cultural, arquitetônico, ambiental, bem como, de valor afetivo para a população, não permitindo que sejam destruídos ou descaracterizados (IPHAN, 2021b). O IPHAN (2021b) acrescenta que esse processo é definido para “um conjunto de bens móveis e imóveis existentes no País e cuja conservação é de interesse público, por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil”.

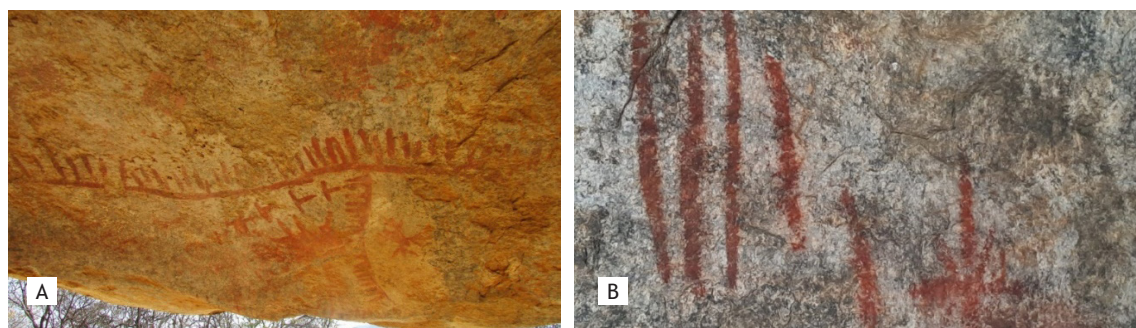


Figura 6

Pintura rupestre em tonalidade monocromática vermelha.

A) “Pedra do Índio” (registrado pelo IPHAN), Município de Guanambi B) “Zona rural de Guanambi, ponto 1, 06/09/2019.

Fonte: Autores, 2019.

Na área do estudo, o Sistema de Informação do patrimônio cultural da Bahia realizou o tombamento do bem cultural do “Sítio Pedra do Índio”, como acervo arqueológico, localizado no município de Guanambi-BA, registro da base de informação do IPHAN. Os demais municípios estudados não foram identificados tombamentos.

5. Considerações finais

A arte rupestre representa uma importante informação histórico-cultural de determinada região. Na presente pesquisa, foram identificadas um total de cento e dez (110) locais com registros de pinturas rupestres. Dentre os sete pontos identificados no estudo em questão, três (3) locais com pinturas rupestres apresentam intervenções antrópicas acentuadas, principalmente com pichações e lixo. Isso indica um desconhecimento da população e do poder público da relevância histórico-cultural das pinturas rupestres, além disso são indícios de uma educação ambiental deficitária.

As pinturas rupestres localizadas em áreas mais remotas apresentaram o estado de conservação melhor. Estima-se que esse bom estado de conservação tem ligação com a dificuldade de acesso ao local (terreno de elevada altimetria e declividade acentuada principalmente), ser uma propriedade particular e de baixa aptidão agrícola (“Jardim suspenso da Babilônia”). E ao aproximar-se de áreas de expansão urbana, de lazer e de fácil acesso a degradação se intensifica, como por exemplo na cidade de Guanambi-BA.

Espera-se que o presente estudo colabore com a organização das iniciativas de conservação almejando a efetividade dessas ações. Outrossim, recomen-

da-se que estudos futuros sejam desenvolvidos para aprimorar a atualização de informações geográficas e do estado de conservação das pinturas rupestres, que irá contribuir para maior conhecimento da ocorrência de fenômenos arqueológicos no município de Guanambi municipalidades limítrofes. Uma outra sugestão para reforçar a proteção/conservação seria envolver o tema da arte rupestre no contexto dos serviços ecossistêmicos e ambientais, com ganhos relativos aos valores espirituais e religiosos, estéticos, recreação e ecoturismo. Em uma vertente para Pagamento Por Serviços Ambientais - PSA seria capaz de agir como estímulo para a melhoria da situação socioeconômica da região.

Desse modo, a área do estudo e seu entorno têm um elevado potencial para ocorrências de pinturas rupestres. A exemplo as pinturas rupestres fora da área do estudo, no município de Iuiú, nas proximidades das margens do rio São Francisco, um rico acervo arqueológico localizado nessa municipalidade. E apesar do incremento científico regional, uma das limitações do presente estudo foi em obter permissões para acessos as propriedades privadas.

Bibliografia:

- Aguiar, A. (1982). Tradições e estilos na arte rupestre no nordeste brasileiro. *CLIO Arqueológica*, 5(1), 91-104. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/clioarqueologica/article/view/246968>
- Associação Brasileira de Arte Rupestre - ABAR. (2018). *A arte rupestre pré-histórica*. Disponível em <http://www.globalrockart2009.ab-arterupestre.org.br/arterupestre.asp>
- American Rock Art Research Association - ARARA. (2018). *Understanding Rock Art - Who made it and when?*

- What did it mean to its creators and audiences?*
Disponível em <https://arara.wildapricot.org/What-is-rock-art>
- Azevedo Netto, C. X. (2008). Preservação do patrimônio arqueológico: reflexões através do registro e transferência da informação. *Ciência da Informação*, Brasília, 37(3), 7-17. <https://doi.org/10.1590/S0100-19652008000300001>
- Bahn, P. G. (2012). *Cave Art: Guide to the decorated Ice Ages caves of Europe*. Frances Londo: Lincoln Publishers.
- Barbosa, E. P., & Santos, M. S. (2020). Gruta da moita dos porcos Caetité (BA) e o problema do registro de sítios espeleológicos com perfil arqueológico. In F. O. Sales (Org.), *Ciências Exatas e da Terra: Aprendizado, Integração e Necessidades do País* (1ª ed.) (pp. 132-141). Ponta Grossa: Atena Editora.
- Brasil. Constituição (1988). *Lei nº 172, de 05 de outubro de 1988. Constituição da República Federativa do Brasil* (1. ed.). Brasília, DF. Disponível em <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=CON&numero=&ano=1988&ato=b79QTWE1EeFpWTb1a>
- Brasil. Lei nº. 9.985. (2000). *Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC*. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9985.htm
- Castelo Branco, H. C. O. (2001). *Contribuição à conservação de arte rupestre pré-histórica no abrigo Norte do Janelão, Vale do Peruçu, MG: análise de materiais das pinturas e das degradações* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte.
- Cohn, C. (2001). Culturas em transformação: os índios e a civilização. *São Paulo em Perspectiva*, 15(2), 36-42. <https://doi.org/10.1590/S0102-88392001000200006>
- Cunha, M. C. Da (Org.). (1992). *História dos índios no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras/Secretaria Municipal de Cultura: FAPESP.
- Denis, F. (1980). *Brasil: Prefacio Mario Guimarães Ferri*. Trad. João Etienne Filho e Malta Lima. Belo Horizonte: Editora Itatiaia/São Paulo: EDUSP.
- Dias, F. T., Oliveira, N. J. M., Nascimento, A. C. B. L., Caetano, M. R., Costa, J. G. S., Pereira, D. M., & Clemente, C. M. S. (2019). Análise da expansão da mancha urbana de Guanambi/BA entre os anos de 1974 a 2017. In 71ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, Campo Grande, MS. Anais 71ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência: Ciência e inovação nas fronteiras da bioeconomia, da diversidade e do desenvolvimento social. Disponível em <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=CON&numero=&ano=1988&ato=b79QTWE1EeFpWTb1a>. http://reunioessbpc.org.br/campogrande/inscritos/resumos/3810_11c931aad0b7f0d7907f918a114724019.pdf
- Faleiros Santos., T., Texeira-Silva, C. M., Simões, P. R., Timo, M. B., Vieira, F. F., Morais, F., Roberto, G. G., Oliveira, G. P. C., Onofre Oliveira, S., Ferreira, A. S., Paula, H. C., & Gomes, R. P. (2005). Levantamento espeleológico na região da serra do Iuiú, BA: uma visão preliminar. *Anais do 27th Congresso Brasileiro de Espeleologia*. Disponível em <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=CON&numero=&ano=1988&ato=b79QTWE1EeFpWTb1a>. https://sites.ufop.br/sites/default/files/see/files/levantamento_espe.pdf?m=1507060080
- Fundação Museu do Homem Americano - FUMDHAM. (2018). *Parque Nacional Serra da Capivara*. Disponível em <http://www.fumdam.org.br/home/parque-nacional-serra-da-capivara>
- García Alix, A., Jimenez-Espejo, Fj., Lozano, Já., Jiménez-Moreno, G., Martínez-Ruiz, F., García Sanjuán, L., Aranda Jiménez, G., García Alfonso, E., & Ruiz-Puertas, G. (2013). Anthropogenic impact and lead pollution throughout the Holocene in Southern Iberia. *Science of The Total Environment*, 449(1), 451-460. <https://doi.org/10.1016/j.scitotenv.2013.01.081>
- Gusmão, N. M. M. (2008). Antropologia, Estudos Culturais e Educação: desafios da modernidade. *Proposições*, 19(3), 47-82. <https://doi.org/10.1590/S0103-73072008000300004>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2011). *Censo Brasileiro de 2010*. Disponível em <https://censo2010.ibge.gov.br/>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2021). *BDIA - Banco de Dados de Informações Ambientais*. Disponível em <https://bdiaweb.ibge.gov.br/#/home>
- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE. (2021). *Cartas e Mapas*. Disponível em <https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas.html>
- International Council of Monuments And Site - ICOMOS. (1999). Carta de Lausanne: Carta para a Protecção e Gestão do Património Arqueológico 1990. *Cadernos de Sociomuseologia*, 15(15). Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Lausanne%201990.pdf>
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. (2016). *Ordem de serviço 02, de 09 de setembro de 2016. Documento eletrônico*. Visualizado 13 de maio de 2020, em http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Modelos_parecer_ordem_servico_02_09_2016_cna.docx
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. (2021a). *Bens Tombados*. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126>
- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. (2021b). *Dicionário Iphan de Patrimônio Cultural*. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/dicionario-PatrimonioCultural?letra=a>

- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. (2021c). *Base cartográfica - shpefile*. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/cna/pagina/detalhes/1227>
- Justamand, M., Martinelli, S. A., Oliveira, G. F., & Silva, S. D. B. (2017). A arte rupestre em perspectiva histórica: uma história escrita nas rochas. *Revista Arqueologia Pública Campinas*, 11(1), 130-172. <https://doi.org/10.20396/rap.v11i1.8648451>
- Lage, M. C. S. M., Borges, J. F., & Rocha Júnior, S. (2005). Sítios de registros rupestres: monitoramento e conservação. *Mneme - Revista De Humanidades*, 6(13), 28-51. Disponível em <https://periodicos.ufrn.br/mneme/article/view/269>
- Leroi Gourhan, A. (1984). *Arte y Grafismo en la Europa Prehistoria. Colegio Universitario de Ediciones Istmo*. Madrid: Colegio Universitario de Ediciones Istmo.
- Martin, G. (2003). Fronteiras estilísticas e culturais na arte rupestre da área arqueológica do Seridó (RN, PB). *CLIO Arqueológica*, 16, 11-32. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/clioarqueologica/article/view/246968>.
- Marconi, M. A., & Presotto, Z. M. N. (2010). *Antropologia: uma introdução*. São Paulo: Atlas.
- Marengo J. A., Alves, L. M., Beserra, E., & Lacerda, F. (2011). Variabilidade e mudanças climáticas no semiárido brasileiro. In S. S. Medeiros, H. R. Gheyi, C. O. Galvão, & V. P. S. Paz (Org.), *Recursos Hídricos e, Regiões áridas e semiáridas* (pp. 383-416). Campina Grande, PB: INSA. Disponível em http://plutao.dpi.inpe.br/col/dpi.inpe.br/plutao/2011/09.22.18.52.30/doc/Marengo_Variabilidade.pdf
- Pessis, A. M. (2002). Do estudo das gravuras pré-históricas no Nordeste do Brasil. *Arqueológica - CLIO*, 15, 29-44. Disponível em <https://periodicos.ufpe.br/revistas/clioarqueologica/article/view/246985>
- Pfaff, A., Robalino, J., Sanchez-Azofeifa, G. A., Andam, K. S., Ferraro, P., & Park, J. (2009). Location affects forest protection: Land characteristics cause differences in park impacts across Costa Rica. *Journal of Economic Analysis & Policy*, 9(2), 1-24. Disponível em <https://www.scopus.com/record/display.uri?eid=2-s2.0-68949085576&origin=inward&txGid=0b-2ce94f26f6fa35362e0ebd28be5690>
- Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento - PNUD. (2013). *Atlas Brasil*. Disponível em http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/guanambi_ba.
- Prous, A. (1992). *Arqueologia Brasileira*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- Pereira, S. R. N. (2013). *Guanambi: Centralidade, rede urbana e dinâmica regional no centro-sul baiano* (Dissertação de mestrado). Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em <https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/20146>
- Pereira, E. (2003). *Arte Rupestre na Amazônia. Belém: Museu Paraense Emílio Goeldi*. São Paulo: UNESP.
- Possamai, Z. R. (2000). *O patrimônio em construção e o conhecimento histórico*. Porto Alegre: Ciências e Letras.
- Teixeira, A. (1993). *Inselbergues*. Dicionário geológico-geomorfológico (8ª ed.). IBGE. Disponível em <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=223450&view=detalhes>
- Rabello, S. (2015). O tombamento. In M. B. Rezende, B. Grieco, L. Teixeira, & A. Thompson (Orgs.), *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural* (1ª ed.). Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/COPEDOC. Disponível em [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Tombamento%20pdf\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Tombamento%20pdf(1).pdf)
- Ribeiro, L. (2007). *Arte rupestre da Serra Geral de Monte Alto - Bahia (Relatório Técnico)*. Setor de Arqueologia - MHN/UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais. Secretaria da Comunicação Social e da Cultura - SECC. *Patrimônio Cultural*. Disponível em <http://www.patrimoniocultural.pr.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=4>
- Silva, J. P. (2018). As pinturas rupestres da Serra de Monte Alto. *Revista da Associação Brasileira de Arte Rupestre*, 1(1), 26-31. Disponível em <https://periodicos.ufpb.br/index.php/petrart/article/download/39840/28043/#:::text=As%20pinturas%20encontradas%20nas%20paredes,dentro%20do%20grupo%20pr%C3%A9%20hist%C3%B3rico>
- Sistema de Informações do Patrimônio Cultural da Bahia - SIPAC. (2021). *Bens sob salvaguarda no município*. Disponível em <http://patrimonio.ipac.ba.gov.br/municipio/palmas-de-monte-alto/>
- Souza, A. H. (2005). *O desgaste da pintura rupestre e dos abrigos sob rocha na reserva particular do patrimônio natural (RPPN) pousada das araras em Serranópolis-Goiás: condicionantes naturais* (Dissertação de mestrado). Universidade Católica de Goiás, Goiânia. Disponível em <http://tede2.pucgoias.edu.br:8080/bitstream/tede/4332/2/Harley%20Anderson%20de%20Souza.pdf>
- Tribolo, C., Mercier, N., Selo, M., Valladas, H., Joron J.-L., Reyss, J. L., Henshilwood, C., Seal, J., & Yates, R. (2006). TL dating of burnt lithics from Blombos cave (South Africa): further evidence for the antiquity of modern behavior. *Archaeometry*, 48(2). <https://doi.org/10.1111/j.1475-4754.2006.00260.x>
- Viana, V., Buce, C., Santos, T., & Sousa, L. D. (2016). Arte Rupestre. In B. Grieco, L. Teixeira, & A. Thompson (Orgs.), *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural* (pp. 1-11). IPHAN/DAF/COPEDOC. Disponível em <http://portal.iphan.gov.br/dicionarioPatrimonioCultural/detalhes/87/arte-rupestre>

Página deixada propositadamente em branco